

## A CADA UM SUA VERDADE ?

A PROPÓSITO DE DOIS LIVROS RECENTES SOBRE A EVOLUÇÃO  
DO EMPREGO INDUSTRIAL NO REINO UNIDO

Foram recentemente publicados dois livros que, pelas suas características, sugerem uma leitura comparada. Na realidade, *Unequal Growth* <sup>(1)</sup>, de S. FOTHERGILL e G. GUDGIN, e *The Anatomy of Job Loss* <sup>(2)</sup>, de D. MASSEY e R. MEEGAN, não só se referem a um mesmo objecto de estudo — a evolução do emprego industrial no Reino Unido — como se recobrem parcialmente no período de tempo analisado (fins dos

---

<sup>(1)</sup> S. FOTHERGILL e G. GUDGIN (1982), *Unequal Growth. Urban & Regional Employment Change in the UK*, London, Heineman Educational Books (referido abreviadamente por F & G no texto).

<sup>(2)</sup> D. MASSEY e R. MEEGAN (1982), *The Anatomy of Job Loss. The How, Why, and Where of Employment Decline*, London, Methuen (referido abreviadamente por M & M no texto).

ancs 60, início de 70). O facto de em ambos se divulgarem os resultados de investigações inicialmente subsidiadas por um mesmo instituto — o *Centre for Environmental Studies*, entretanto dissolvido pelo actual governo inglês — e que decorreram em paralelo, sem contactos entre si, reforça o interesse da referida comparação: torna-se, assim, possível avaliar o modo como diferentes perspectivas, tratando um mesmo tema mas recorrendo a elementos teóricos, metodológicos e técnicos distintos, «produzem» análises diferenciadas. O objectivo fundamental da leitura comparada destas duas obras não aponta, portanto, para a emissão de um juízo de valor relativo — qual delas será a «melhor» ou a mais «correcta» —, pretendendo-se, antes, ilustrar de forma clara como a interferência teórico-ideológica se reflecte inevitavelmente nos resultados obtidos. Este confronto é sobretudo interessante quando as perspectivas em jogo se apresentam, de algum modo, como representativas das principais orientações de uma dada disciplina ou área científica. Correndo o risco de se simplificar demasiado, parece ainda assim possível tomar as obras citadas como exemplos, embora forçosamente parciais, das duas «frentes» de renovação teórica actualmente dominantes nos estudos regionais: a que, desenvolvendo-se a partir do campo do neo-positivismo, tem contribuído para a sua reformulação e mesmo, em certos aspectos, para a negação de alguns dos seus princípios básicos (o poder explicativo das macroteorias, por exemplo, que adiante será referido) — é o caso da publicação de F & G; a que procede a uma leitura mais «social» e abertamente politizada, recorrendo frequentemente a elementos da teoria marxista, onde se inclui a obra de M & M.

Mais que um resumo, mais ou menos completo, dos vários aspectos focados em ambos os livros, efectuar-se-á, portanto, a comparação de alguns pontos que permitam ilustrar a natureza, e em certa medida a amplitude, do referido confronto.

Antes, porém, convém realçar um facto que, sendo comum às duas publicações (e, na generalidade, às duas frentes de renovação teórica referidas), exemplifica um outro tipo de clivagem: a que separa os paradigmas científicos actualmente em expansão dos que dominaram durante os anos 60. Na realidade, a recusa das macroteorias explicativas e a necessidade de se recorrer a estudos empíricos encontra-se presente nas duas obras. Em tempo de crise, também as (várias) grandes verdades claudicam: reencontra-se, aqui, o movimento pendular que na Geografia (e, evidentemente, na ciência em geral) tem ciclicamente oposto o interesse pelo «geral» e pelo «particular». As grandes teorias explicativas, que tendem a corresponder *grosso modo* aos períodos de maior expansão económica, tornam-se insuficientes, observando-se a eclosão gradual de uma fase de incerteza (porque os padrões anteriores *já* não dominam mas os que se irão seguir *ainda* não são perceptíveis) e de crítica fragmentada e parcial. Assim sucedeu, no seio da Geografia moderna (a partir dos finais do século XIX), entre «deterministas», por um lado, e «neo-kantianos» e «possibilistas», pelo outro, e assim se verifica actualmente, onde o princípio básico da necessidade de elaborar macroteorias explicativas defendido pelos neo-positivistas («Nova Geografia») é, como se viu,

posto em causa, mesmo por parte de um sector considerável dos seus anteriores apologistas.

Parece, pois, verificar-se um verdadeiro retorno ao trabalho de carácter mais empírico. Afirmam F & G (p. 5): «The most useful work on growth and decline has been largely non-theoretical, and has instead consisted of detailed empirical studies of what actually happened». Por outro lado, a esse trabalho não se atribui agora, como sucedeu durante os anos 60 e 70, o papel de verificação de hipóteses previamente avançadas, segundo o propagado modelo de análise «hipotético-dedutivo», ou de elaboração indutiva de generalizações. Em M & M, por exemplo, pode ler-se (p. 197): «The aim of this study has not been to produce law-like conclusions which can then be «applied» in other times and other places. The aim has been to go some way towards elaborating some of the mechanisms of job loss, in a way which may be useful in understanding other situations» — mais modéstia, talvez menos ingenuidade e certamente menos capacidade de compreensão da «realidade». Enfim, um período de maior *realismo*...

Curiosamente, esta mudança de escala — do geral para o particular — parece ser compensada por uma outra (mais geográfica) — do local para o nacional/internacional. Isto é, em ambos os livros se insiste no facto de grande parte das transformações ocorridas numa dada região não se dever a factores locais mas, antes, a modificações operadas a nível nacional ou mesmo internacional. Aqui reside, aliás, uma das principais clivagens em relação às perspectivas particularistas da primeira metade deste século («neo-kantianos», «possibilistas») — que explicam, no fundamental, as características das unidades espaciais individualizadas a partir de elementos que lhes são internos (relações harmoniosas entre a população que aí habita e o meio em que vive) — que, numa análise mais superficial, poderiam parecer estar em vias de recuperação, a partir das novas tendências descritas.

Este tipo de semelhanças entre as duas obras consideradas, fruto de uma certa temporalidade social e científica, obriga, contudo, a uma observação mais fina. Veja-se, por exemplo, o caso da recusa das teorias explicativas de ordem global e a necessidade de um maior recurso a estudos empíricos. Se em ambas as publicações esse procedimento se encontra presente, isso não significa que o papel atribuído a esses estudos assumam a mesma natureza e importância. De facto, o estatuto que lhes é conferido dentro de cada uma das metodologias de análise é bem distinto e revelador da filiação teórico-ideológica dos autores das duas obras.

Em F & G, o trabalho empírico constitui o ponto de partida. Recusando as teorias explicativas do crescimento regional diferenciado do emprego industrial vulgarmente mais utilizadas — segundo os autores: vantagens decorrentes de economias de escala, ocorrência de diferenças salariais relacionadas com uma distribuição desigual de excedentes de força de trabalho, procura de maximização de lucros e minimização dos custos de produção, nomeadamente transportes, e, finalmente, teoria do crescimento regional cumulativo e eclosão de padrões do tipo centro/periferia —, o primeiro passo para a investigação do fenómeno em

estudo será a sua descrição <sup>(3)</sup>. F & G iniciam, assim, a sua análise descrevendo as principais modificações do emprego, a nível sectorial e geográfico. «*The Pattern of Change*» é, naturalmente, o título do capítulo que se segue à Introdução.

M & M defendem uma perspectiva completamente distinta, partindo de uma visão global: as modificações da estrutura do emprego derivam de alterações ocorridas no seio do processo de produção que, por sua vez, se prendem com transformações económicas e políticas gerais. Estas últimas resultam, em grande parte, da amplitude e natureza dos conflitos que se geram não só entre as várias facções da burguesia como entre esta, tomada globalmente, e a «classe trabalhadora». Trata-se, portanto, de identificar os vários processos de reorganização da produção e o modo como eles actuam sobre o emprego (volume, estrutura, localização, etc.). O primeiro capítulo após a Introdução intitula-se, significativamente, «*Job loss and production change*».

Na primeira obra, portanto, começa-se por descrever, o mais «objectivamente» possível, um padrão, que se tentará posteriormente interpretar, recorrendo a técnicas de análise estatística (*shift-share*) — o cordão umbilical ligando aos paradigmas anteriormente dominantes é ainda muito forte. Na segunda, procura-se relacionar os processos responsáveis pelo declínio do emprego secundário com a sua «Geografia» (isto é, o seu padrão geográfico). No primeiro caso a análise empírica constitui o ponto de partida; no segundo ela representa um momento de verificação do papel desempenhado pelos diferentes processos identificados.

A descrição, sectorial e geográfica, da evolução do emprego industrial a partir de 1952 permitiu a F & G avançar quatro tipos de factores como responsáveis potenciais dos padrões detectados: estrutura industrial («*industrial mix*»), estrutura urbano/rural, estrutura dimensional e políticas regionais. No primeiro caso, uma área com predomínio de indústrias em declínio a nível nacional deveria, em princípio, ter uma evolução de emprego negativa e vice-versa; de facto, a análise efectuada permitiu negar essa hipótese, demonstrando que os contrastes entre áreas com diferentes graus de urbanização prevaleciam sobre os que se observavam entre regiões com estruturas industriais distintas, ou seja, que as clivagens inter-regionais são menos importantes que as intra-regionais.

Estas últimas, baseadas no contraste urbano/rural, parecem resultar sobretudo, segundo os autores, do jogo de contracção/expansão das unidades existentes (que tenderia a apresentar um saldo mais favorável nas áreas rurais), já que os outros processos ou são pouco importantes (relocalização, aparecimento de novas empresas) ou mais uniformes no espaço (encerramentos). A questão fundamental transforma-se, portanto,

---

<sup>(3)</sup> Reencontra-se, portanto, a máxima metodológica que educou cientificamente algumas gerações de geógrafos: observar, descrever e interpretar. O contexto em que esse conjunto de operações se processa é, contudo, bastante diferente.

em identificar os fenómenos responsáveis por essa incidência diferenciada da contracção (maior nos centros urbanos) e expansão (superior nas áreas rurais) do emprego de estabelecimentos já existentes. Uma série de possíveis explicações são postas de lado por F & G (estrutura do capital, idade das unidades, características da força de trabalho empregue, políticas regionais, etc.) que, um tanto surpreendentemente, apontam a *carência de espaço* como elemento explicativo fundamental. Assim, a impossibilidade, tanto mais grave quanto maior for a dimensão de um lugar, de expansão física de um dado estabelecimento implica um maior recurso a capital fixo que tende a substituir parte da mão-de-obra utilizada (desemprego tecnológico) de forma a assegurar aumentos de produtividade. Secundariamente, preços do solo mais elevados, acessibilidade difícil a transportes pesados e algumas políticas de desconcentração industrial acentuariam essa tendência. Pelo mesmo tipo de razões, mas agora actuando no sentido inverso, as unidades das áreas mais rurais, não sofrendo deste tipo de limitações, observam uma expansão do emprego mais marcada.

Os dois restantes factores agem, embora com menos peso, de forma a acentuar, igualmente, esse contraste urbano/rural: por um lado, as áreas menos urbanizadas, porque possuem uma maior predominância de pequenos estabelecimentos, constituem um ambiente mais propício à constituição de novas empresas (experiência directa do fundador como antigo trabalhador em unidades idênticas, pequeno montante do capital inicial necessário) (\*); pelo outro, algumas medidas tomadas pelo Estado fomentaram, como já se referiu, uma certa desconcentração industrial em direcção a esse tipo de territórios. Após a leitura dos capítulos 4, 5, 6 e 7, onde se apresentam sucessivamente, de forma bem didáctica, cada um dos quatro factores retidos, e do capítulo 8, onde se procede a uma avaliação desses vários factores para diferentes regiões, compreende-se, em todo o seu significado, a afirmação (p. 6) de que «A single all-embracing theory would have to be improbably sophisticated and subtle to explain the diversity which can be observed. A more plausible explanation is that there are several distinct causes of unequal growth, sometimes conflicting and sometimes working together in the same direction, which collectively produce the pattern of change». E um pouco mais à frente (p. 9): «These four factors — industrial structure, urban structure, size structure and regional policy — are the focus of much of this book. These factors are given prominence not because a particular theory asserts that they must explain unequal growth, but because there is strong empirical evidence which demonstrates their role in determining the pattern of employment change. Their relative importance varies from place to place and from period to period but [...] collectively they offer

---

(\*) Os autores consideram que factores como a disponibilidade e custo da mão-de-obra e de terrenos apropriados não influenciam a diferente capacidade de constituição de novas empresas demonstrada pelas várias regiões.

a satisfactory explanation for most of the urban and regional contrasts in manufacturing growth in post-war Britain».

O caminho seguido por M & M coloca de certo modo em causa o optimismo revelado por esta afirmação, já que na leitura, e portanto na interpretação, da evolução do emprego industrial no Reino Unido se recorre agora a elementos que na sua quase totalidade se encontram ausentes da obra anterior.

1968-1974 é o período escolhido para análise, por coincidir com uma fase em que a queda do emprego coexiste com fortes investimentos de carácter «defensivo». Isto é, verificam-se durante esse conjunto de anos alterações significativas no que respeita a organização dos processos de trabalho em ramos globalmente em declínio. Os autores salientam três formas principais de reorganização: intensificação, investimento e modificações tecnológicas e, finalmente, racionalização. Outros tipos de reestruturação do processo produtivo (crescimento extensivo, realocação sem transformações tecnológicas de relevo, etc.) são colocados em segundo plano, por não caracterizarem o tipo de ramos considerados de interesse, isto é, aqueles que verificaram uma quebra global do emprego. Na terceira parte do livro, M & M dedicam um capítulo a cada uma das três formas de reorganização retidas, identificando com clareza os processos em causa e ilustrando-os com alguns estudos de casos (ramos) concretos.

A «racionalização» corresponde a desinvestimentos que se traduzem no encerramento parcial ou mesmo total de um ou mais sectores de unidades em laboração, com conseqüente redução do emprego existente, em virtude de os lucros alcançados serem negativos ou, pelo menos, inferiores ao considerado como «normal». Os estabelecimentos produtores de bens de equipamento e intermédios, os ramos onde a concorrência estrangeira mais se fez sentir (têxteis, por exemplo) e, de uma maneira geral, as empresas de grande dimensão e com um conjunto diversificado de actividades correspondem às situações mais sensíveis a esta forma de reestruturação do processo de produção. As indústrias siderúrgica e de papel e cartão foram as seleccionadas como exemplificativas.

A «intensificação» corresponde sobretudo a casos de crescimento pouco acentuado ou mesmo em recessão, predominantemente intensivos em trabalho e em que, por isso, os ganhos de produtividade vão recair sobre a mão-de-obra: diminuição dos tempos mortos (através da racionalização do trabalho ou, mais vulgarmente, da instauração de incentivos que propiciem um maior ritmo: prémios de produção, trabalho à peça, etc.), aumento da fragmentação das tarefas realizadas, etc. Os ramos com predomínio de unidades de pequena dimensão e com processos de trabalho ainda não automatizados são, naturalmente, os mais susceptíveis de observar este tipo de modificações. O estudo de pormenor é dedicado à indústria do vestuário.

Finalmente, «investimento e modificações tecnológicas» (caso estudado: produção de tijolo), que tanto pode incidir sobre o processo de trabalho (aumento de automatização, por exemplo) como sobre o produto propriamente dito (destaque-se, entre outros, a substituição das carpetes por alcatifas), traduz-se num tipo de desemprego vulgarmente denominado

por tecnológico. Os ramos intensivos em capital são, na generalidade, os mais propícios a este tipo de reestruturação.

Os autores chamam, contudo, a atenção para o facto de estes três processos não se excluírem mutuamente, embora se verifique uma tendência para, num dado momento, um deles dominar. Essa hegemonia pode ser, no entanto, precária: a indústria do calçado, por exemplo, passou de uma fase de intensificação (1968/73) para uma outra de racionalização; de forma idêntica, a indústria química, que até ao fim dos anos 60 se apresentou sobretudo inovadora nos seus produtos, transferiu, no final daquela década, os seus investimentos para os processos de trabalho, encontrando-se actualmente numa fase de racionalização.

Identificadas as três formas principais de reestruturação do processo de produção, M & M analisam o modo como essas alterações se reflectem na evolução do total de emprego e na sua mobilidade potencial, tentando, assim, relacionar aquelas formas com a «geografia» do declínio do volume de força de trabalho. Os autores chamam, no entanto, a atenção para o facto de um resultado idêntico poder dever-se a processos diferentes (por exemplo, a contracção de emprego decorrendo de políticas de «investimento e transformações tecnológicas» ou, pelo contrário, de «racionalização») e, por outro lado, um mesmo tipo de reestruturação do processo produtivo apontar para consequências distintas (uma prática de «investimento e transformações tecnológicas» baseada no encerramento, parcial ou total, de unidades consideradas não lucrativas e na criação simultânea de novos estabelecimentos noutras locais). As relações entre os processos identificados e entre estes e as suas consequências são tão vastas e «abertas» que dificilmente permitirão a elaboração de generalizações. Embora os resultados se encontrem forçosamente condicionados pelo princípio adoptado *a priori*, de que as modificações económicas e políticas gerais decorrentes, fundamentalmente, dos conflitos de interesses que se geram no interior do capital e entre este e o trabalho constituem a explicação última das transformações detectadas, a sua variedade e imprevisibilidade são suficientes para impossibilitar qualquer tentativa de generalização. M & M afirmam, a este propósito (p. 185): «The actual reasons for changes in particular labour processes, the nature of those changes and the degree of their success for management can not, therefore, be explained on the basis of «the logic of capitalist development». As a number of our case-studies made clear, the whole process is very much the product of a continual battle between management and labour. As such, the outcome is always to some extent in doubt». E esclarecem algumas páginas à frente (p. 196 e 197): «Empirical findings in a particular time and place are not the basis for constructing immutable laws». O seu objectivo não é, ao contrário de outros autores, o de propor leis baseadas nas relações causais detectadas: «We take a different approach. While many of the variables we use in explanation will be the same as in such studies — the influence of the degree of capital intensity, or age-specific cost pressures, or size of firm — we do not expect there to be any potentially discoverable «laws» governing their

influence. The impact of age, of capital structure, of labour process, and so on, will vary according to economic and political circumstances».

Em ambos os livros se recusam, portanto, as macroteorias explicativas. Mas enquanto no primeiro caso (F & G) a análise empírica constitui o ponto de partida e a interpretação é remetida para um conjunto de *factores*, não teoricamente articulados entre si (carência de espaço, acessibilidade, ambiente social pouco propício para o desenvolvimento de novas empresas, incentivos governamentais, etc.), no segundo (M & M) o recurso à análise empírica é sobretudo importante num momento posterior — o do estudo de casos que permitam salientar a relação existente entre as diferentes formas de reestruturação do processo de produção e a «geografia» do declínio do emprego industrial — e a explicação do conjunto de transformações detectadas baseia-se em *processos* que, embora assumindo modalidades diversas, decorrem, finalmente, dos conflitos que se geram entre diferentes fracções e classes sociais. Sem se querer cair, repita-se, em classificações simplistas, parece lícito reconhecer aqui, em termos genéricos, a diferente filiação teórica dos autores das duas obras em análise que, como se afirmou no início, representam de certo modo as duas famílias de perspectivas mais importantes na renovação actual dos estudos regionais.

O último capítulo de ambos os livros confirma, logicamente, as diferenças teórico-ideológicas detectadas. Para F & G (capítulo 9 — *Prospects, Problems and Policies*) existe um nível geral de soluções (políticas de expansão monetária e fiscal, crescimento planeado das importações compatível com o aumento de emprego nacional, etc.) e um outro, pontual, em que as propostas avançadas decorrem directamente do estudo efectuado: oferta de áreas de expansão industrial nos centros urbanos, através da liberalização da utilização do solo, e organização de estágios para «empresários potenciais» em pequenas unidades são as principais. M & M preocupam-se mais com as implicações (capítulo 11 — *Implications and Issues*) dos processos analisados do que com a apresentação de propostas concretas. De qualquer modo, deixam bem claro que qualquer solução passa por modificações nas relações de trabalho (a ligação entre as diferentes formas de reestruturação do processo de produção e os vários tipos de reivindicação por parte da força de trabalho é bem significativa nesse sentido) e defendem, ao contrário dos autores anteriores, a necessidade de existência de políticas de planeamento, ainda que em moldes distintos dos que dominaram nas últimas duas décadas. A natureza das soluções revela, afinal e como seria de esperar, as diferentes perspectivas em presença.

Mais do que os factores (F & G)/processos (M & M) identificados, discutíveis mesmo no interior de cada uma das linhas de pensamento aqui parcialmente representadas, são as questões da produção científica (porquê o predomínio destas «leituras» e não de outras) e da sua validade (qual a mais «correcta») que se destaca com clareza da análise destas duas obras, tão diferentes entre si mas, curiosamente, interessando-se pelo mesmo tipo de problemas. É precisamente esta ocasião, relativamente

rara, de detectar de forma quase didáctica a interferência da formação teórico-ideológica do cientista, nos estudos que efectua, que torna aliciante a leitura comparada das duas obras aqui referidas.

*JOÃO FERRÃO*